



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRONEGÓCIO
DEPARTAMENTO DE PRESERVAÇÃO, LICENCIAMENTO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Licença de Instalação nº 009/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL TRÊS LAGOAS/MS por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRONEGÓCIO, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 2.298, de 18 de novembro de 2008, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 187, de 12 de dezembro de 2016 e pelo Termo de Cooperação Técnica nº 01/2016, firmado entre o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul e o Município de Três Lagoas, EXPEDE a presente LICENÇA DE INSTALAÇÃO, que autoriza o empreendimento **AGENCIA ESTADUAL DE GESTAO DE EMPREENDIMENTOS - AGESUL**, CNPJ: 15.457.856/0001-68, a implantar empreendimento cuja atividade é **ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO – EEE**, situada no prolongamento da Avenida Milton Cesar Batista Damasceno, S/N, Residencial Novo Oeste, 20°47'22,67" Sul, 51°44'13,31" Oeste, sujeitando-se às condicionantes constantes no verso deste instrumento.

VALIDADE DA PRESENTE LICENÇA: 04 (quatro) anos da data de sua assinatura.

A renovação desta Licença deverá ser solicitada num prazo mínimo de 30 (trinta) dias anterior ao seu vencimento.

Três Lagoas/MS, 20 de dezembro de 2018.


TONIEL CARLOS FERNANDES DOS SANTOS
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agronegócio

CONDICIONANTES ESPECÍFICAS DA LI Nº 009/2018

1. Esta Licença autoriza a ampliação da Estação Elevatória de Esgoto Brookfield – EEE, com vazão nominal de 12,00 L/s, que atende a rede coletora de esgoto da região sudoeste da área urbana de Três Lagoas (Microbacia VIII-1-2);
2. A implantação do referido empreendimento deverá ser feita de acordo com os projetos e estudos apresentados neste processo;
3. Na ocasião da solicitação da Licença de Operação o empreendedor deverá apresentar:
 - a. Relatório de conclusão das instalações com ART de execução do responsável técnico;
 - b. Plano de resposta a incidentes com ART do responsável técnico;
 - c. Plano de Auto Monitoramento (PAM), no qual deverá contemplar no mínimo os programas de monitoramento dos efluentes líquidos, dos resíduos sólidos, devendo prever a avaliação técnica dos dados obtidos, confrontados com as metodologias e limites estabelecidos na legislação vigente;
 - d. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conferindo destinação final adequada para todos os resíduos gerados no empreendimento;
 - e. Comprovantes de destinação dos resíduos sólidos perigosos (Grupo D, de acordo com a Resolução CONAMA nº 307/2002), para empresa licenciada para coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada de resíduos perigosos;
4. Deverão ser apresentadas medidas de controle de odores quando da implantação das Estações Elevatórias de Esgotos, de modo a não causar incômodo a população vizinha;
5. Deverá manter as vias de acesso ao empreendimento em boas condições de uso;
6. Durante a execução das obras deverão ser adotadas medidas preventivas de maneira a evitar processos erosivos e assegurar condições que permitam a disposição dos efluentes líquidos e resíduos sólidos, de modo a garantir a não contaminação, do solo e dos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos;
7. Os resíduos de construção deverão ser segregados dos demais resíduos e ter como destino o aterro de resíduos de construção civil conhecido como Buracão do Jupia, situado à Rua Egídio Thomé, lote 16, Distrito Industrial I. Os resíduos comuns deverão ser disponibilizados para coleta pública em sacos plásticos amarrados. Os resíduos que podem ser reciclados deverão ser destinados à coleta seletiva;
8. Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas que possam causar incômodo à vizinhança, bem como a queima ao ar livre de resíduos de qualquer natureza e em qualquer estado dentro da área do empreendimento ou em área de terceiros.
9. Durante a implantação do empreendimento deverá ser utilizada aspersão de água na área do empreendimento sempre que se observar a geração excessiva de poeiras;
10. Os equipamentos deverão receber manutenção periódica de modo a minimizar os ruídos emitidos e garantir a segurança dos trabalhadores;
11. Os ruídos emitidos pelo empreendimento deverão estar dentro dos parâmetros estabelecidos no Art. 10, da Lei Municipal nº 2.418, de 23 de dezembro de 2009, ou legislação equivalente que venha a substituí-la;
12. O empreendimento não poderá causar perturbação ao sossego público com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de quaisquer natureza, produzidos por qualquer forma que contrarie os níveis máximos de intensidade, locais e horários fixados na legislação municipal;

CONTINUAÇÃO DAS CONDIDIONANTES ESPECÍFICAS Á PAG. 03/03.....

.....

CONTINUAÇÃO DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA LI Nº 009/2018

13. Deverão ser utilizados EPI's, durante a operação desta EEE, de acordo com normas técnicas pertinentes;
14. Implantar, na calçada, faixa continua pavimentada de 1,5 m de largura, deixando faixa continua permeável de 01 m de largura junto ao meio fio, e arborização, em cumprimento aos Artigos 34 e 57, da Lei Municipal nº 2.418, de 23 de dezembro de 2009.

CONDICIONANTES GERAIS DA LI Nº 009/2018

1. Esta Licença não autoriza o funcionamento da atividade. Para tanto deverá ser obtida a competente Licença de Operação;
2. Esta Licença deverá permanecer em lugar visível do empreendimento para fins de fiscalização;
3. Esta Licença não isenta o empreendedor de cumprir as formalidades legais junto aos órgãos federais, estaduais e municipais;
4. Qualquer alteração da Titularidade e/ou Razão Social deverá ser comunicada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
5. Qualquer alteração, ampliação ou diversificação da atividade deverá ser previamente licenciada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou órgão ambiental competente;
6. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente reserva-se o direito de a qualquer momento e de acordo com normas legais, exigir melhorias ou alterações na operacionalização da empresa;
7. A eficiência do Sistema de Controle Ambiental é de responsabilidade do empreendedor e do responsável técnico pelo projeto/execução;
8. Mediante decisão motivada esta Licença poderá ser suspensa ou cancelada, sem prejuízo da adoção de outras medidas punitivas administrativas e judiciais quando houver:
 - i. Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes acima descritas ou normas legais;
 - ii. Omissão ou falsa descrição das informações relevantes que subsidiaram a expedição desta Licença;
 - iii. Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

